

Classe média e ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro

SÁVIO CAVALCANTE*

Em 28 de outubro de 2018, 57,7 milhões de eleitores brasileiros teclaram o número 17 do partido PSL (Partido Social Liberal) e, depois de surgirem a foto e nomes de Jair Messias Bolsonaro para o cargo de presidente e do general Hamilton Mourão para vice-presidente, confirmaram o voto na chapa que obteve a vitória com 55,13% dos votos válidos.

Se, certamente, a maioria dos 57 milhões que fez esse movimento na urna eletrônica não é formada por defensores declarados de políticas autoritárias ou fascistas, todos sufragaram um candidato que, de maneira aberta e declarada, defendeu ardorosamente a ditadura militar no Brasil e as práticas da tortura contra seus oponentes; prometeu criminalizar organizações de esquerda (em especial as bases sociais dos governos por ele chamados de “socialistas”, isto é, PT, CUT e MST); comprometeu-se com a aprovação de excludentes de ilicitude para atos de repressão das forças policiais – na prática, licença para matar –, liberação do porte e posse de armas em nome da defesa da propriedade e questionou mecanismos eleitorais vigentes, bem como instituições da democracia liberal.

Embora a vitória de Bolsonaro no pleito de 2018 tenha sido construída com apoio em todas faixas de renda – obteve maioria em todos os estratos com rendimento familiar acima de 2 salários mínimos –, o núcleo duro de seus apoiadores se localiza em eleitores (majoritariamente homens) de classe média, o que foi sinalizado, desde 2016, pelas intenções de votos dos estratos com renda familiar

* Departamento de Sociologia, IFCH/Unicamp. E-mail: saviomc@unicamp.br. Agradeço a Danilo Martuscelli, Michel Nicolau Netto e Bruna Della Torre pelas críticas e comentários ao texto.

acima de 5 salários mínimos e detentores de diploma de nível superior. É certo que o fenômeno bolsonarista é mais amplo e repercute de modo significativo nas classes populares. Porém, o núcleo duro de classe média é o que aderiu desde o início à sua candidatura, já esboçada na esteira do golpe de 2016, e permanece, até o segundo semestre de 2019, como o que mais apoia o governo. Isso sinaliza uma identificação mais profunda desses agentes com seu discurso e comportamento.¹

Este artigo procura responder à seguinte pergunta: como explicar a adesão da classe média (e também da pequena burguesia) a um deputado de extrema direita do baixo clero, militar reformado sem qualquer credencial de mérito atestada, praticamente ignorado pela política nacional antes das eleições de 2014?

Ao longo da campanha eleitoral, sua equipe radicalizou o tom do discurso e logrou combinar ideologias distintas, ainda que complementares, que se apresentaram como modelo alternativo à esquerda liderada pelo PT e ao reformismo fraco (Singer, 2012) do ciclo neodesenvolvimentista (Boito Jr., 2019). O resultado mais expressivo foi a articulação entre um conservadorismo moral de base religiosa cristã (importante para angariar apoio entre setores evangélicos e católicos) e um “patriotismo entreguista” importante para a viabilização eleitoral de um programa econômico neoliberal radical. Seu lema: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Foi nesse contexto que o qualificativo de “fascista” foi usado na luta política contra a sua candidatura. Era uma postura compreensível em razão de o candidato ter levado abertamente ao debate público valores, ideias e projetos que, em tese, estariam fora dos marcos democráticos e civilizatórios, como aqueles estabelecidos pela Constituição de 1988.

Porém, é certo que, entre os termos usados na disputa política e a elaboração teórico-conceitual de movimentos e regimes políticos, há um espaço significativo. Muitas análises rejeitam o termo fascismo para a compreensão do fenômeno, que não é apenas brasileiro, mas presente em vários outros países. As razões dessa recusa são de ordens diversas. Uma posição frequente advém de uma problemática historicista segundo a qual o fenômeno seria restrito apenas ao contexto europeu dos anos de 1920 a 1940.² Para o caso brasileiro contemporâneo, certas características da ascensão do bolsonarismo são usadas como provas da inadequação

1 Ainda em julho de 2016, quando Lula possuía 22% das intenções de voto, Bolsonaro (ainda no PSC) era o quarto mais indicado, com 7%. Porém, já era o primeiro (19%) entre a faixa de renda familiar entre 5 a 10 salários mínimos (SMs) e acima de 10 SMs (16%). Embora com rejeição alta nas mesmas faixas, em setembro de 2018, Bolsonaro ganhava de Haddad (PT) de 40% a 15% em ambas e, entre eleitores com ensino superior, superava o adversário por 34% a 14%. Na véspera do segundo turno (27/10/18), as intenções de voto (Bolsonaro x Haddad) por faixas eram: 55% a 37% (homens), 41% a 42% (mulheres), 35% x 49% (até 2 SMs), 54% a 34% (2 a 5 SMs), 63% x 28% (5 a 10 SMs); 62% x 31% (acima de 10 SMs) e 55% x 34% (com ensino superior). Em agosto de 2019, as faixas de renda que mais o aprovam (avaliação ótimo e bom) continua entre 5 a 10 SMs (39%) e acima de 10 SMs (37%). Todos os dados são de pesquisas eleitorais do Datafolha.

2 Ver a síntese crítica dessa posição realizada por Boito Jr. (2019).

do conceito de fascismo. Duas delas se destacam. Em primeiro lugar, o fato de Bolsonaro não liderar um partido de massas com base social organizada nacionalmente – pelo contrário, adotou uma sigla meses antes da eleição. Em segundo, o caráter abertamente pró-capitalista de seu discurso, o que marcaria uma diferença decisiva em relação aos movimentos fascistas, pois estes se apresentaram historicamente com bandeiras anticapitalistas e corporativistas – um modelo comunitarista (conservador e com ideologia racista) alternativo ao programa comunista.

Este texto não enfrenta diretamente essas questões, pois o problema que pretendo aqui discutir diz respeito mais aos comportamentos sociais e políticos de parcela da sociedade brasileira, em especial a classe média, que, de maneira ativa ou passiva, aceitou como legítima sua candidatura e naturalizou o registro discursivo típico do fascismo: a nação precisaria ser purificada (o mesmo vale para “a família”) e a esquerda deveria não apenas ser derrotada, mas eliminada.

Meu interesse, desse modo, consiste em identificar certos estágios de um processo de fastiscização da sociedade: priorizo mais as promessas e não a sua exequibilidade. Para tanto: (a) o tamanho exato dos “verdadeiros” bolsonaristas não é o mais decisivo, mas a normalização de linguagem e atitudes fascistas e (b) não se trata, num registro teleológico, de imaginar um desfecho necessário ao processo, mas a conformação social de disposições e interesses que foram e ainda são representados pela candidatura e o atual governo de Bolsonaro.

O ovo da serpente, quem chocou, foi a classe média

A expressão acima – consagrada nas análises que buscam identificar as origens do fascismo – ganhou relevo no debate político brasileiro a partir de junho de 2013. Não se trata de dizer que a potência, ou mesmo a prática, fascista não existisse antes desse momento, nem ignorar possíveis responsabilidades de partidos e governos que se proclamam democráticos. Mas não havia, até então, nem um lugar na cena política para um movimento como o bolsonarismo, nem um espaço legitimado na esfera pública nacional para uma figura como Bolsonaro, ainda que vozes isoladas, como a do próprio Bolsonaro, tivessem lugar no parlamento, em programas televisivos sensacionalistas e nas redes sociais em ascensão.

Apenas em 2013, o que era potência no círculo privado das famílias (discurso tradicional da dominação patriarcal), no interior do cotidiano das empresas (despotismo fabril e gerencial inerente ao capitalismo) e nas áreas tomadas por Estados de exceção (opressão, pelas forças policiais, que atinge sobretudo a população indígena, negra, periférica e dissidente de gênero e sexualidade) passou à esfera pública, nas ruas ou nas redes informacionais de maneira explícita, declarada e, cada vez mais, organizada enquanto projeto político.

O grito inaugural que criou um campo de sentido imprescindível para o posterior êxito bolsonarista, registrado em vídeo pelos *smartphones* então em expansão e compartilhados de forma orgulhosa nas redes sociais, foi o de “sem partido”, o que significava que o único partido a ser considerado seria o Brasil.

O traje também foi ali definido: a camisa da seleção brasileira de futebol. Afinal, quem torceria contra “o Brasil”?

Desnecessário lembrar que as forças sociais que rivalizaram nas ruas em 2013 eram não apenas heterogêneas, como parcela não desprezível dos manifestantes estava sob disputa.³ Porém, as bandeiras progressistas que deram origem aos protestos foram suplantadas por um sentimento patriótico que logrou construir uma imagem de nação indivisível – contra a suposta divisão da sociedade “criada” pelo PT – que precisava derrotar um inimigo comum: a corrupção. A classe média torna-se dominante nas manifestações a ponto de promover atos próprios, “sem partido”, e expulsar outras bandeiras.

Dois aspectos importantes sobre 2013 são geralmente subestimados. O primeiro: quando os protestos se nacionalizam e atingem cidades pequenas e médias do interior do país, a pauta originalmente progressista de “direito à cidade” e de “reformismo forte” perde o apelo que tem nos grandes centros urbanos e mobiliza de maneira mais ativa, já no início ou em momentos posteriores, assalariados não manuais, profissionais liberais, autônomos de alta qualificação e pequenos proprietários; enfim, classe média e pequena burguesia. Esses agentes, que possuem pouca relação com os serviços públicos, canalizaram a revolta em direção ao Estado, expresso na crítica ao peso dos impostos e à falta de segurança que ameaça a propriedade.

O segundo diz respeito às novas plataformas da internet e redes sociais que puderam contornar os meios tradicionais de comunicação e oferecer um sentido para a organização da indignação social condizente com interesses de frações burguesas descontentes com a política neodesenvolvimentista. Amplia-se, assim, a propagação de pautas neoliberais e conservadoras. Se os canais de mídia tradicional já fomentavam um discurso genérico anticorrupção, grupos criados nesse contexto, como MBL (Movimento Brasil Livre), VPR (Vem Pra Rua) e mesmo movimentos em prol da intervenção militar, faziam com que suas ideias fossem disseminadas para milhões de usuários desses sistemas, algo que criou um sentimento de protagonismo a sujeitos cujo ativismo era antes relativamente circunscrito a suas redes familiar e profissional. Em 2018, apenas MBL e VPR eram seguidos em suas páginas na internet por mais de 5 milhões de usuários, o que, embora não significasse necessariamente apoio, tornou decisiva a declaração de voto em Bolsonaro, por ambos, no segundo turno.

Potencializada pelos efeitos da Operação Lava Jato, deflagrada em 2014, a pauta anticorrupção transformou-se, desde então, na força principal que atingiu o governo federal ocupado pelo PT e, ainda que de maneira seletiva, o sistema político partidário tradicional como um todo. O resultado foi não apenas novas manifestações com expressiva participação da classe média a partir de 2015, que deram legitimidade ao golpe jurídico-parlamentar de 2016 (Cavalcante e Arias,

3 Para uma análise mais detalhada dos protestos, ver Cavalcante e Arias (2019).

2019) e levaram ao enfraquecimento eleitoral petista em 2018, mas também à derrota da direita tradicional, especialmente o PSDB, que imaginava ser beneficiada em algum momento e que passou a não ser mais vista como alternativa segura à derrota definitiva – ou “eliminação” – do PT.

A Lava Jato como verniz de legalidade dos métodos de exceção

Difícilmente haveria êxito eleitoral de Bolsonaro em 2018 sem um caminho de legitimação com verniz “racional-legal” pavimentado de modo estratégico pelas medidas de exceção tomadas pela Operação Lava Jato, liderada pelo então juiz de primeira instância, hoje catapultado a ministro da Justiça, Sergio Moro.⁴

Em outro trabalho (Cavalcante, 2018), busquei desenvolver a forma pela qual a classe média adere ideologicamente aos princípios que fundamentam a operação. O mecanismo, em linhas gerais, deve-se ao fato de que a classe média, para justificar sua condição privilegiada na divisão do trabalho e na estratificação social, apresenta uma disposição estrutural a negar qualquer movimento – seja legal (cotas) ou ilegal (corrupção política) – que pareça contornar as “regras do jogo” na disputa por renda e postos de trabalho social e economicamente valorizados no mercado e no Estado. Como sua reprodução social se efetiva essencialmente por meio do aparelho escolar, formalmente aberto a todas as classes, fomenta-se a ideologia de que a desigualdade social é fruto apenas de um investimento diferencial em termos de esforço para o estudo e habilidades para o indivíduo ter sucesso nos mecanismos de seleção da burocracia de Estado (vestibular e concurso público) ou do mercado.

No intuito de promover igualdade de oportunidades e/ou reparação histórica, as políticas sociais dos governos Lula e Dilma, como cotas sociais e raciais, atentaram diretamente contra essa ideologia. Argumentei que o discurso propagado por lavajatistas como Moro e Dallagnol operava num registro que igualava essa disputa entre indivíduos à dinâmica que, supostamente, vige no mercado: empresas eficientes e moralmente idôneas são aquelas que não se valem de benefícios, políticas protecionistas ou contatos privilegiados com agentes do Estado para ganhar a competição. Assim, tanto os empresários que corrompem, quanto os políticos corrompidos não apenas infringem a lei e a moral como seriam expressões de grupos não eficientes, portanto sem mérito, que buscam ganhos por fora da “escala natural de dons e méritos”, para retomar a expressão de Bourdieu e Passeron (1975).⁵ A lógica se fecha por conseguir renovar um argumento liberal

4 O vazamento de áudios de integrantes da operação torna nítida a intenção deliberada da Lava Jato em interferir nos processos políticos (deposição de Dilma) e eleitorais (candidatura de Lula). Em agosto de 2018, dois meses antes do pleito ao executivo federal, 39% dos eleitores diziam ter “desejo de votar em Lula” (Datafolha).

5 Segundo Luís Roberto Barroso, ministro do STF e influência intelectual e jurídica importante da Lava Jato: “A corrupção favorece os piores. É a prevalência dos desonestos sobre os íntegros. Esse modelo não se sustenta indefinidamente. Só se o mal pudesse mais que o bem. Mas, se fosse assim,

neoclássico: a corrupção é uma prática patrimonialista que seleciona não o mais eficiente, mas o “amigo” daquele que está no poder (Silva, 2011). A crise econômica e a precariedade dos serviços públicos só poderiam ser explicadas, portanto, pela corrupção política promovida por indivíduos incapazes de ganhar a disputa pretensamente impessoal do mercado.

Não se pode desprezar o poder dessa ideologia no comportamento eleitoral da classe média. Ele fundamenta, em última instância, a noção de que uma gestão técnica no Estado, no sentido de “apolítica”, é possível e desejável, algo já explicitado nos gritos de “sem partido” desde 2013. E, por mais hipócrita e sofista que possa parecer, quando, na campanha, acusava-se Bolsonaro por defender “a morte” e “a tortura”, o contra-argumento, sintetizado em “memes” pelas redes, era de que a corrupção do PT havia matado milhares de pessoas nas filas de hospitais em razão da escassez de recursos causados pela corrupção.⁶ Uma característica do comportamento fascista – a criminalização e eliminação física do opositor, tal como defendida por Bolsonaro – havia sido relativizada sem qualquer dano à moral vigente.

Um “homem médio” como portador da ideologia meritocrática?

Se a classe média tem um apego fundamental à ideologia meritocrática – o que, aliás, é um fundo importante da rejeição à ascensão social de Lula, operário que, segundo essa ideologia, não poderia se credenciar para governar um país –, como explicar a defesa de um candidato desprovido de credenciais de qualificação educacional ou, ao menos, habilidade de comunicação?

Embora pareça tentador dizer que a classe média mente ao professar a ideologia meritocrática, o mecanismo de justificação social é mais complexo. Na prática, a oposição declarada de Bolsonaro a políticas de ação afirmativa ou à noção de direitos em geral já o habilita ao campo de defesa da meritocracia, mesmo que ele não tenha o perfil de um “vencedor”.

Porém, isso ainda é insuficiente. Foi preciso encontrar uma ressignificação do mérito por meio da valorização genérica de um merecimento atrelado a uma ética familiar de esforço em geral. Ao se apresentar como um “homem comum” ou “médio”, um tipo que não é estranho à grande parte das famílias, as posturas e falas inadequadas ao espaço público foram, como nos laços afetivos familiares, normalizadas. A atenção para a diversidade de gênero, sexualidade, racial etc. promovida, em maior ou menor extensão, por políticas sociais, educacionais e culturais no ciclo petista, foi ridicularizada: a denúncia de opressões se tornou “vitimismo” ou “mimimi”. Mérito seria visto naquele que, mesmo numa posição

nada valeria a pena. (...) [será produzida] uma transformação cultural importante: a revalorização dos *bons* em lugar dos *espertos*” (Barroso, 2019, p.18. itálicos no original).

6 Em livro de divulgação de sua vida pessoal e profissional, Deltan Dallagnol (2017) sintetiza o raciocínio: “A corrupção é um *serial killer* que mata em silêncio” (p.40) ou “a corrupção sistêmica que enfrentamos é um crime contra a humanidade, viola os direitos humanos e sangra uma nação” (p.48).

difícil, não exige direitos e/ou políticas afirmativas, se resigna à sua posição e, assim, pode transformar até mesmo o fracasso em virtude moral.

Esse aspecto foi importante para dotar de transversalidade o fenômeno bolsonarista entre as classes sociais, incorporando parcelas da classe trabalhadora que ascenderam de renda, mas que, com a ajuda do PT, foram imaginadas e tratadas como uma “nova classe média” – fenômeno que, por sua vez, deu concretude ao discurso da prosperidade e empreendedorismo religioso, especialmente em grupos evangélicos.⁷ O mérito, portanto, estava em se apresentar como uma “pessoa de bem”, um “homem de família” que pode, segundo a moral patriarcal, desqualificar diferenças sociais de modo a ganhar a competição se valendo da inércia das tradições (Chaguri et al., 2019).

Para tanto, a construção dessa imagem, crucial para o êxito de Bolsonaro, se viabilizou em razão das potencialidades oferecidas pelas novas formas de comunicação por redes sociais. Sem considerar os possíveis crimes eleitorais cometidos por sua campanha, o fato é que essa forma de comunicação permitiu, por métodos profissionais, a construção de uma imagem de vida íntima fundamental para que sua “autenticidade” – encarada por muitos jovens como sinal de humor e coragem contra o “politicamente correto” – fosse interpretada como alternativa ao mercado político tradicional, algo similar ao que se passou também nos Estados Unidos (Trump) e na Itália (Salvini). Trata-se, evidentemente, de uma mercadoria ainda mais falsa que o *marketing* tradicional, mas, ao oferecer um canal direto entre usuário/eleitor e o que seria a vida íntima do candidato, cria-se uma conexão afetiva capaz de promover identificação com outros homens ressentidos com a valorização da diversidade, organização de ações em massa na esfera informacional, e consegue, assim, humanizar aquele que promete usar a violência para “corrigir tudo o que está aí”.

Em suma, Bolsonaro foi aceito como legítimo na política nacional por defensores de um modelo de família conservadora que já haviam aprendido a naturalizar tipos como ele na esfera privada. Na classe média, essa naturalização é inseparável do legado escravocrata que ainda desumaniza a classe trabalhadora manual brasileira⁸ (Saes, 1985). Uma discriminação que tem marca racial (pretos e pardos) e regional (Norte e Nordeste).⁹

7 Alves (2018) estima que Bolsonaro ganhou com uma diferença de 10 milhões de votos entre os eleitores evangélicos, enquanto entre católicos houve praticamente um empate – ou seja, a diferença de votos total foi quase que totalmente conquistada entre evangélicos.

8 É emblemática a perversidade da desqualificação do trabalho manual expressa nas conversas vazadas de Dallagnol em que solicita os áudios do “Nove”, isto é, Lula, que perdeu um dos dedos num acidente de trabalho. Nas manifestações pró-golpe de 2015 e 2016, foi comum observar adesivos que faziam referência depreciativa à mão com quatro dedos de Lula.

9 Em uma cena de *Bacurau*, filme lançado em 2019 por Kléber Mendonça, um casal de classe média alta, funcionários públicos do Poder Judiciário, explica aos “turistas” dos EUA que, por terem ascendência europeia, se sentem mais próximos deles do que dos nordestinos. Embora a cena se passe num futuro distópico, o que se revela é o país governado por um presidente que desqualifica um adversário político, governador do Maranhão, com o termo “paraíba”.

Clamor por segurança: do retorno de investimentos à defesa da propriedade

Bolsonaro não representou apenas os que defendem a ideologia meritocrática. Representou também interesses materiais concretos de assalariados superiores, autônomos com alta qualificação, profissionais liberais e pequenos proprietários ao prometer uma reorientação específica da ação do Estado: redução de seu papel na regulação econômica (diminuição de impostos, especialmente), diminuição de gastos sociais para aumentar a confiança dos credores da dívida e reforço do aparato repressivo garantidor da propriedade.

A classe média contemporânea possui uma parcela cada vez maior de renda atrelada a investimentos no mercado financeiro. Embora não seja possível estimar aqui o peso quantitativo dessa renda, foi recorrente nos relatos que registrei da alta classe média de que seu voto estava atrelado a expectativas de retorno no mercado financeiro. Quando economistas neoliberais falam sobre dar credibilidade aos investidores, é importante considerar que boa parte da classe média se sente, devida ou indevidamente, como pertencente a este grupo.

A defesa da propriedade é pensada, assim, tanto no que se refere aos retornos dos investimentos feitos quanto à segurança dos bens e propriedade. Um dos relatos mais emblemáticos que registrei em 2018 foi de uma pessoa com diploma de ensino superior, oriunda de família de comerciantes que, não encontrando postos de trabalho correspondentes à sua formação, abriu uma loja de produtos importados. Como milhares de outros casos, viveu tanto a bonança do crescimento econômico até 2014 quanto a crise que afetou profundamente seu negócio. O ciclo petista podia explicar tanto um lado quanto outro da história, mas a possibilidade de colocar a culpa na corrupção política atenuava o sentimento de fracasso empresarial. Ao fim, a adesão definitiva a Bolsonaro se fez ao encontrar no candidato a promessa de recrudescer o combate à criminalidade. A experiência de ter passado por um roubo em seu trabalho – ameaça frequente a donos de pequenos negócios que não têm capital suficiente para se distanciar do trabalho propriamente dito – e sentir sua vida e de sua família ameaçadas fez com que essa pessoa considerasse plausível a explicação de Bolsonaro de que era o afrouxamento penal e os excessos de direitos que causavam os crimes. Lógica, aliás, homóloga aos métodos já usados contra Lula e o PT pela Lava Jato.

Não à toa, a divulgação de evidências da relação da família Bolsonaro com milicianos não impacta necessariamente a percepção de agentes que já vinham recorrendo a expedientes privados de segurança e viam os “direitos humanos” como incentivos ao crime.

O “candidato do mercado”

Segundo Max Horkheimer: “quem não quiser falar do capitalismo, deverá também calar-se no que diz respeito ao fascismo”. Nicos Poulantzas sugeriu uma

correção: “quem não quiser falar de imperialismo é que deverá calar-se também no tocante ao fascismo” (1978). Se, até aqui, apontei alguns dos caminhos que levaram à naturalização da ameaça fascista por parcela majoritária da classe média, concluo o texto observando que, tal como no fascismo clássico, frações burguesas não apenas dirigiram como têm ainda muito a ganhar com o processo.

O papel que o grande capital, especialmente o financeiro, desempenhou ao comprar a candidatura de Bolsonaro e colocar um dos seus no Ministério da Economia – o declarado seguidor de Friedrich von Hayek, Paulo Guedes – foi também decisivo e, diferentemente do que pode pressionar a classe média, ele exige a cobrança da fatura com mais agressividade, vide a urgência do governo para a aprovação da reforma da previdência e a radicalização da reforma trabalhista. Se Moro e a Lava Jato foram imprescindíveis no sentido de organizar o antipetismo da classe média e normalizar os métodos de exceção também defendidos por Bolsonaro, foi o capital financeiro que precificou o retorno que obteria com cada candidatura e considerou que a escolha mais racional seria auferir lucros sob a ameaça fascista. Nada com que se espantar.

Porém, o processo não está definido e existem muitas fricções no campo político que sustentou a vitória de Bolsonaro. Assim como a classe trabalhadora não é necessariamente revolucionária, a classe média não é necessariamente reacionária ou fascista. Pela pauta da diversidade, defesa do meio ambiente ou da ciência, forma-se uma parcela não desprezível e com influência importante na arena política, que reage contra o obscurantismo. Mas, para se viabilizarem de fato, mesmo essas pautas precisarão ser articuladas às necessidades mais imediatas da classe trabalhadora, o que significa – e aqui está o desafio até o momento – que a classe média precisará encontrar e aceitar alternativas ao capitalismo neoliberal.

Referências bibliográficas

- ALVES, J. O voto evangélico garantiu a eleição de Bolsonaro. *IHU Online*, 1º nov. 2018. Disponível em: <encurtador.com.br/ciq59>.
- BARROSO, L. R. Empurrando a história: combate à corrupção, mudança de paradigmas e refundação do Brasil. In: PINOTTI, M. *Corrupção: Lava-Jato e Mãos Limpas*. São Paulo: Portofólio-Penguin, 2019.
- BOITO JR., A. O ciclo dos governos do PT e sua crise. In: BOUFFARTIGUE, P. et al. *O Brasil e a França na mundialização neoliberal*. São Paulo: Alameda, 2019.
- _____. A questão do fascismo no governo Bolsonaro, *Brasil de Fato*, 10/1/2019.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- CAVALCANTE, S. Classe média, meritocracia e corrupção. *Crítica Marxista*, n.46, 2018.
- CAVALCANTE, S.; ARIAS, S. A divisão da classe média na crise política brasileira (2013-2016). In: BOUFFARTIGUE, P. et al. *O Brasil e a França na mundialização neoliberal*. São Paulo: Alameda, 2019.
- CHAGURI, M.; CAVALCANTE, S.; NICOLAU, M. O “homem médio” e a ascensão do conservadorismo liberal. 2019. Disponível em: <encurtador.com.br/mwAWZ>.

- DALLAGNOL, D. *A luta contra a corrupção*. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2017.
- POULANTZAS, N. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- SAES, D. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- SILVA, M. *A economia política da corrupção no Brasil*. São Paulo: Senac, 2011.
- SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Resumo

O objetivo do artigo é lançar hipóteses explicativas a respeito da adesão da classe média à candidatura e ao governo de Jair Bolsonaro, entendidos aqui como uma ameaça neofascista. Para tanto, identifica a origem do processo nas manifestações de junho de 2013. Na sequência, discute o papel da Operação Lava Jato na legitimação de métodos de exceção, os quais se apresentaram como formas de garantir a ideologia meritocrática. Por fim, aponta o fortalecimento de um campo liberal-conservador, em defesa da família e da propriedade privada, que permitiu tanto ampliar a base social do bolsonarismo quanto atender ao programa neoliberal do capital financeiro.

Palavras-chave: Governo Bolsonaro, classe média, neoliberalismo.

Abstract

This article aims to discuss hypotheses on the adherence of the middle class to Jair Bolsonaro's candidacy and government, understood here as a neo-fascist political threat. To accomplish it, it identifies the origin of the process in the June 2013 demonstrations. Subsequently, it discusses the role of the Lava Jato Operation in the legitimation of methods of exception, which were presented as ways to support the meritocratic ideology. Finally, it indicates the strengthening of a liberal-conservative field, in defense of family and private property, which has allowed both broadening the social base of *bolsonarismo* and satisfy the neoliberal program of financial capital.

Keywords: Bolsonaro government, middle class, neoliberalism.